



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas - Coordenação de Análise Técnica

Parecer Técnico FEAM/URA NM - CAT nº. 39/2024

Montes Claros, 19 de março de 2024.

Parecer Técnico FEAM/URA NM - CAT nº. 39/2024

Montes Claros, 19 de março de 2024.

PARECER TÉCNICO				
PA COPAM Nº: 209/2024		Situação: Sugestão pelo DEFERIMENTO		
Validade da Licença:		10 anos		
Empreendedor: NEVES E OLIVEIRA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA		CNPJ: 07.014.033/0001-30		
Empreendimento: AUTO POSTO NEVES		CNPJ: 07.014.033/0001-30		
Município: Gameleiras-MG		Zona: Urbana		
Critério Locacional Incidente: Localização prevista em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio.				
Coordenadas Geográficas: (SIRGAS 2000): 15° 2'54.05"S / 43° 8'44.16"O				
Código	Atividade Objeto do Licenciamento (DN COPAM 217/2017)		Classe	Critério Locacional
F-06-01-7	Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. Capacidade de armazenagem: 80 m3. Porte: Pequeno. Potencial Poluidor/Degradador: Médio.		2	1
Responsável Técnico:		Francisco Flaber Alves de Souza, Engenheiro Civil	Registro:	CREA MG: 181123-D
Autoria do Parecer			Matrícula	
Maria Júlia Coutinho Brasileiro - Gestora Ambiental			1.302.105-0	
De acordo: Gislando Vinícius Rocha de Souza Coordenador de Análise Técnica			1.182.856-3	

## PARECER TÉCNICO DE LICENÇA AMBINETAL SIMPLIFICADA

### 1. FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

O empreendedor/empreendimento **Neves e Oliveira Comércio de Combustíveis Ltda., /Auto Posto Neves** está localizado no município de Gameleiras, no local denominado Brejo dos Mártires e atua no setor de comércio de combustível.

Em 07/02/2024, a empresa formalizou na Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) / Unidade Regional de Regularização Ambiental do Norte de Minas (URA NM), o processo de Licença Ambiental Simplificada (LAS) nº 209/2024, instruída com Relatório Ambiental Simplificado (RAS), via Sistema de Licenciamento Ambiental

(SLA), para a atividade de código F-06-01-7 Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação com capacidade de armazenagem de 35m<sup>3</sup>. O empreendimento é de porte pequeno e potencial poluidor/degradador médio, nos termos da Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental (DN COPAM) nº 217/2017, sendo enquadrado na Classe 2.

Toda a análise técnica presente nesse parecer, no que diz respeito aos impactos identificados e as propostas de medidas mitigadoras, foram analisadas no âmbito do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), das informações complementares solicitadas e de demais estudos associados ao processo, sob a responsabilidade técnica de Francisco Flaber Alves de Souza, Engenheiro Civil, Registro CREA MG: 181123-D.

Conforme caracterização do empreendimento, observa-se que mesmo se sobrepõe à área de incidência de critério locacional nos termos da DN Copam nº 217/2017, a saber: Localização prevista em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio. O estudo de critério locacional está discutido em específico desse parecer.

Não há incidência de fatores de restrição e/ou vedação nos termos da DN Copam nº 217/2017 na sua área de localização.

Foi apresentada a certidão de regularidade de atividade quanto ao uso e ocupação do solo municipal emitida pela prefeitura de Gameleiras/MG, datada de 07/11/2023.

Também foi apresentado o CTF-Cadastro Técnico Federal do empreendimento.

Consta no processo o *Certificado de Registro junto à ANP- Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis*, na qual certifica-se que a empresa se encontra autorizada por essa agência a exercer a atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, nos termos da Resolução ANP nº 41, de 06 de novembro de 2013.

Sobre os *Certificados expedidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial-INMETRO, ou entidade por ele credenciada, atestando a conformidade quanto a fabricação, montagem e comissionamento dos equipamentos e sistemas previstos no art. 4º da Resolução Conama 273/2000*, foi apresentado o Certificado de Conformidade nº CTBC-SASC-002-2015, com validade até 26/02/2027.

Quanto ao *Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)*, foi apresentado documento com validade até 27/11/2028.

Explica-se que é de inteira responsabilidade do(a) empreendedor(a) a manutenção da validade dos documentos exigidos para operação de suas atividades no decorrer de toda a vigência da licença. Esclarece-se que a não observância dessa recomendação, sujeita o empreendedor a responder pelas sanções administrativas dela decorrentes.

Para comprovação de propriedade, posse ou outra situação que legitime o uso do espaço territorial para o desenvolvimento da atividade, foi apresentado documento de “Declaração de Posse” assinada pelos respectivos confrontantes e pelo prefeito municipal de Gameleiras-MG, atestando a propriedade da empreendedora Fátima Aparecida Teixeira Neves Oliveira.

Segundo dados do RAS, acompanhado de registro fotográfico, o empreendimento se encontra em operação, sendo declarado pelo empreendedor que o início da mesma ocorreu em 30/09/2004. Considerando que o empreendedor opera suas atividades sem licença e sem amparo de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), logo, para cumprimento do disposto no Decreto Estadual nº 47383 de 02 de Março de 2018 que “*estabelece normas para*

licenciamento ambiental, tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelece procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades”, será procedida a lavratura de Auto de Infração.

2. ANÁLISE TÉCNICA

2.1 Caracterização do Empreendimento

O empreendimento encontra-se em fase de operação, em lote urbano localizado nas coordenadas geográficas centrais de localização (SIRGAS 2000), latitude 15°2'54"S e longitude 43°8'43"O, em terreno com área total de 1.015,00 m² e área útil de 207,72 m².



Fonte: RAS - Auto Posto Neves

As instalações do empreendimento compreendem um Sistema de Armazenamento de Subterrâneo de Combustíveis (SASC), com 04 tanques de armazenamento conforme tabela abaixo:

Nº do Tanque	Combustível	Capacidade (Litros)	Ano de Instalação	Tipo do Tanque	Ano do último teste de estanqueidade	Foi verificado vazamento no tanque?	Em operação	
							S	N
01	Gasolina	7.500	2005	Bipartido	2023	Estanque	X	
02	Diesel S-500	7.500	2005	Bipartido	2023	Estanque	X	
03	Diesel S-10	10.000	2023	Bipartido	2023	Estanque	X	
04	Etanol	10.000	2023	Bipartido	2023	Estanque	X	

Fonte: RAS - Auto Posto Neves

Segundo o RAS, os tanques possuem parede dupla, sensor de interstício e ainda cita como equipamentos e sistemas

de controle existentes: monitoramento intersetorial automático; câmara de acesso a boca de visita do tanque; câmara de contenção sob a unidade abastecedora; câmara de contenção da unidade de filtragem; canaleta de contenção da cobertura; descarga selada; câmara de contenção de descarga; válvula de proteção contra transbordamento; válvula de retenção de esfera flutuante; alarme de transbordamento, e; sistema de segurança antiabaloamento.

Conforme relatório fotográfico anexo ao processo, a pista de abastecimento possui cobertura com projeção para coletar águas pluviais, piso concretado com canaletas de interligação à CSAO-Caixa Separadora Água e Óleo.

A demanda de água para fins de consumo humano e consumo industrial (lavagem de pisos e equipamentos), será suprida por abastecimento público realizado pela prefeitura municipal de Gameleiras, sob a responsabilidade de associação comunitária local. A vazão fornecida é suficiente para atender a demanda do empreendimento.

O regime de operação compreenderá 02 turnos de 8h em 07 dias semanais. Para tanto, contará com um total de 5 colaboradores, distribuídos na área de operação e administrativa.

## 2.2 Análise de Impactos e Medidas Mitigadoras

Como principais impactos inerentes à atividade e devidamente mapeados no RAS, tem-se a geração de efluentes líquidos, resíduos sólidos, ruídos, entre outros.

A geração de **ruídos** será proveniente da operação dos maquinários e trânsito de veículos comum para a atividade. Ressalta-se que o empreendimento se localiza em área urbana, e portanto, o empreendedor deverá realizar as medidas de controle/manutenções necessárias para mitigar esse impacto.

Quanto aos **efluentes líquidos**, esses serão de natureza doméstica (sanitários) e industriais (contaminados com óleo) da área do posto de combustível.

Os efluentes sanitários serão encaminhados e tratados em sistema de biodigestor com leito de secagem e capacidade de 1.000 L/dia. Após o tratamento o efluente será conduzido para a tubulação de saída e lançado na fossa sumidouro. A comprovação da instalação do sistema está condicionada do Anexo I desse parecer.

Conforme orientação da Superintendência de Apoio a Regularização Ambiental (SUARA), para os sistemas tratamento de efluentes domésticos, com lançamento em vala sumidouro, não será condicionado o automonitoramento para esses, desde que seja observado: o correto dimensionamento do sistema de tratamento proposto conforme normas pertinentes; a contribuição exclusiva de efluentes de natureza doméstica, sem aporte de caixa separadora de água e óleo e/ou efluentes industriais; a impossibilidade de lançamento em cursos d'água ou rede pública de coleta de esgoto. Portanto, para o processo em análise, verificado o disposto acima, não será proposto o programa de automonitoramento referente a efluentes líquidos exclusivamente domésticos. Destarte, está condicionada nesse parecer a inspeção visual do sistema para avaliar as condições do funcionamento das suas unidades, bem como verificar a necessidade de adequação, manutenção e/ou limpeza do mesmo.

Os efluentes oleosos serão direcionados para Caixa Separadora de Águas e Óleo (CSAO) com disposição final em sumidouro. Será feito o automonitoramento da CSAO para garantir a eficiência do sistema e atender os parâmetros aceitáveis pela legislação. Além do automonitoramento, está condicionada nesse parecer a inspeção visual do sistema para avaliar as condições do funcionamento das suas unidades, bem como verificar a necessidade de adequação, manutenção e/ou limpeza do mesmo. Ressalta-se que o óleo coletado, segundo deverá ser enviado para destinação final em empresa devidamente regularizada ambientalmente.

O s **resíduos sólidos** gerados serão de natureza doméstica e contaminados com óleo. Conforme informação



constante no RAS esses serão devidamente segregados e acondicionados em local específico. A destinação final dos resíduos contaminados será feita em empresa terceirizada, regularizada ambientalmente. Os resíduos não perigosos serão encaminhados para coleta municipal.

Foi apresentado o “*Relatório Técnico do Teste de Estanqueidade, para tanques subterrâneos*” sob a responsabilidade do profissional Charles Sidney Fialho, Engenheiro Civil, Registro: CREA MG: 46587-D, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Conforme os laudos de ensaio datados de setembro de 2023, todos os tanques apresentaram-se estanques.

Para o controle de impactos da operação do empreendimento foram apresentados o Plano de manutenção de equipamentos e sistemas e procedimentos operacionais; Plano de resposta a incidentes, e; Programa de treinamento de pessoal.

Plano de manutenção de equipamentos e sistemas e procedimentos operacionais: o plano foi baseado nas normas técnicas vigentes e objetiva a operação dos equipamentos e instalações de forma segura para evitar a ocorrência de acidentes. Em suma, serão procedidas as inspeções e manutenções de forma rotineira. Além disso toda a operação dos equipamentos deverá obedecer aos procedimentos específicos para uso.

Ressalta-se que é de responsabilidade do empreendedor a execução do plano conforme proposto, em toda a vigência da licença, bem como a manutenção do mesmo atualizado.

Plano de resposta a incidentes: O Plano de Atendimento a Emergência (PAE) foi apresentado com o objetivo de descrever as orientações e procedimentos a serem seguidos pelos funcionários e visitantes do empreendimento em caso de ocorrência de princípios de incêndio, sinistros e ameaças externas.

De forma resumida, no âmbito do plano será realizada as devidas orientações ao corpo de trabalhadores/equipes responsáveis pelo atendimento a emergências, para evitar ou minimizar a ocorrência de acidentes; definir as primeiras ações a serem adotadas, e os recursos humanos e materiais disponíveis, principalmente na ocorrência de vazamentos ou derramamentos de inflamáveis e líquidos combustíveis, incêndios ou explosões, com potencial de ocorrer nas áreas dos postos de abastecimento; estabelecimento de procedimentos técnicos em observância às normas e legislação vigente; entre outros.

Ressalta-se que é de responsabilidade do empreendedor a execução do plano conforme proposto, em toda a vigência da licença, bem como a manutenção do mesmo atualizado.

Programa de treinamento de pessoal: Os colaboradores serão capacitados sobre os modos de operação, manutenção e conservação dos equipamentos e instalações dos sistemas, orientando para a prevenção de acidentes e instruções para o enfrentamento de situações de risco ou emergência, em concomitância com o disposto da Resolução CONAMA, nº 273/2000.

Considerando a rotatividade de funcionários, o programa deverá ser executado em caso de novas contratações, em toda o período de vigência da licença. Fica registrado nesse parecer que o empreendedor deverá manter arquivado no empreendimento todas as evidências de execução do programa (relatórios, listas de presença, registro fotográfico, etc.) para fins de fiscalização e/ou para apresentação ao órgão ambiental, se solicitado.

Ressalta-se que é de responsabilidade do empreendedor a execução do programa conforme proposto, bem como a manutenção do mesmo atualizado.

O empreendedor declarou na caracterização do processo no SLA que suas atividades não causarão impactos em terra indígena ou quilombola e em bens acautelados.

### 2.3 Critérios Locacionais

#### 2.3.1 Cavernas Naturais

De acordo com consulta à plataforma Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IDE-Sisema), o empreendimento está localizado em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavernas conforme dados oficiais do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (CECAV/ICMBio).

Foi apresentado estudo de prospecção espeleológica na Área Diretamente Afetada (ADA) mais entorno de 250 metros, sob a responsabilidade técnica do Engenheiro Geólogo Alysson Cley de Souza Ferreira, registro CREA - MG 71.811/D.

O estudo concluiu que não há cavernas naturais subterrâneas na ADA + 250 metros do empreendimento.

#### 2.4 Considerações Finais

Face ao exposto, diante das constatações do estudo de critério locacional incidente na área pleiteada para o empreendimento e das propostas de medidas preventivas e mitigadoras de impactos, tecnicamente conclui-se pela viabilidade do mesmo. **Outros impactos ambientais relevantes** não foram registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

### 3. CONCLUSÃO

Com fundamento nas informações constantes no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e nos demais estudos apensos ao processo, sugere-se o **DEFERIMENTO** da **Licença Ambiental Simplificada** para o empreendedor/empreendimento **Neves e Oliveira Comércio de Combustíveis Ltda., Auto Posto Neves**, para a atividade de código F-06-01-7 Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação com capacidade de armazenagem de 35 m<sup>3</sup>, nos termos da Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental (DN COPAM nº 217/2017), sendo enquadrado na Classe 2, com Potencial Poluidor/Degradador Médio e Porte Pequeno, localizado no município de **Gameleiras-MG**, pelo prazo de **10 anos**, vinculada ao cumprimento das **condicionantes** estabelecidas no Anexo I deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

#### ANEXO I

**Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Neves e Oliveira Comércio de Combustíveis Ltda., Auto Posto Neves**

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1.	Executar o <b>Programa de Automonitoramento</b> , conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença
2.	Comprovar a <b>instalação do sistema de tratamento de efluentes sanitários</b> (segundo RAS de biodigestor). Anexar <b>relatório, com registro fotográfico georreferenciado</b> demonstrando a instalação.	Até 120 dias.

3.	<p>Enviar anualmente, <b>relatório técnico descritivo e fotográfico</b> georreferenciado comprovando a realização d a <b>inspeção dos seguintes sistemas</b> de controle ambiental: <b>A)</b> Tratamento de efluentes domésticos; <b>B)</b> Tratamento de efluentes oleosos.</p> <p>Quando necessário, realizar e adequação, manutenção e/ou limpeza dos sistemas. A inspeção visual deverá avaliar as condições do funcionamento das unidades do sistema, verificando a necessidade de adequação, manutenção e/ou limpeza do mesmo.</p>	Durante vigência da licença.
4.	<p>Apresentar <b>ensaio de estanqueidade do SASC</b>, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme ABNT / NBR 13.784 e periodicidade conforme estabelecido pela DN COPAM nº 108/2007.</p> <p>- Nos casos de realização de ensaios que resultem na ocorrência de não estanqueidade do sistema, o responsável pelo empreendimento deverá interromper imediatamente a operação do SASC, retirar imediatamente o produto do tanque caso o mesmo não esteja estanque, comunicar ao órgão ambiental os resultados, bem como as providências já adotadas e a serem tomadas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da data da emissão do laudo conclusivo do ensaio de estanqueidade.</p> <p>- Os laudos devem ser apresentados a URA NM em até 45 dias após a realização dos ensaios.</p>	Durante vigência da licença.

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

### IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da URA NM, face ao desempenho apresentado.

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*

### ANEXO II

#### **Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Neves e Oliveira Comércio de Combustíveis Ltda., Auto Posto Neves**

Todos os aspectos ambientais a serem monitorados deverão compor o escopo do **Relatório Único de Cumprimento do Programa de Automonitoramento**. Este relatório deverá ser protocolado **anualmente na URA Norte de Minas**.

O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do responsável técnico pela amostragem. Estes **relatórios deverão vir acompanhados de laudos técnicos com análises críticas dos resultados amostrados, assim como da eficiência dos sistemas de mitigação** propostos pelo empreendedor, a fim de analisar o desempenho ambiental atingido pelo empreendimento.

1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência
Entrada e saída de todas as caixas separadoras de água e óleo (CSAO). <sup>1</sup>	Temperatura, DBO, DQO, pH, Óleos e Graxas, Substâncias tensoativas, Fenóis.	Semestral

<sup>(1)</sup> O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

**Relatórios:** Enviar **anualmente** à URA Norte de Minas, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.*

**Método de análise:** Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.

2. Resíduos Sólidos e Rejeitos

I) Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar à URA Norte de Minas, **semestralmente**, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019. **Prazo:** seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

II) Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar à URA Norte de Minas, **semestralmente**, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG. **Prazo:** seguir os prazos dispostos na DN COPAM 232/2019.

RESÍDUO	TRANSPORTADOR	DESTINAÇÃO FINAL	QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)	



Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade destinada	Quantidade gerada	Quantidade armazenada	OBS.
							Razão social	Endereço completo				

(\*\*) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Coprocessamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Observações:

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.

IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da URA NM, face ao desempenho apresentado;
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*



Documento assinado eletronicamente por **Maria Julia Coutinho Brasileiro, Servidor(a) Público(a)**, em 20/03/2024, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gislando Vinicius Rocha de Souza, Diretor (a)**, em 20/03/2024, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **84392205** e o código CRC **897772F0**.